

Granja São Rafael: Uma fazenda estatal experimental no contexto de modernização agrícola da Paraíba (1922-1960)

Granja São Rafael: An experimental state farm in the context of
agricultural modernization in Paraíba (1922-1960)

*Danilo Wilson Lemos Menezes*¹

*Lucicléa Teixeira Lins*²

¹ Historiador Ambiental e Licenciado em Ciências Agrárias pela UFPB, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPB), na linha "Relações Sociedade Natureza", subárea "História Ambiental". Atua no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB) e colabora interdisciplinarmente em grupos e projetos de pesquisa e extensão. Tem interesse em História Ambiental, Geografia Histórica e Florestas Urbanas, especialmente relacionadas ao antropoma Mata Atlântica. Assim como em temáticas relacionadas a História Rural e a Agroecologia. E-mail: danilo@reitoria.ufpb.br

² Doutorado em Educação (2013) pelo Programa de Pós-graduação em Educação- PPGE/UFPB, com tese defendida sobre a autogestão em assentamentos rurais. Mestra em educação (2006) e especialista em direitos humanos (2003) pela mesma universidade. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Popular, atuando principalmente nos seguintes temas: educação do campo, movimentos sociais, extensão popular, direitos humanos e economia solidária. E-mail: luciclealins@yahoo.com.br.

RESUMO

O objetivo deste artigo foi narrar o processo histórico do espaço conhecido por Granja São Rafael, uma estação agrícola experimental do Estado da Paraíba, identificando seus agroecossistemas, suas relações com a cidade, seu papel nas políticas de modernização agrícola do estado da Paraíba e nos sistemas agrários a que pertencia, entre 1922 e 1960. Utilizamos como aportes teóricos e metodológicos de forma dialógica e interdisciplinar, na construção desta História Rural, a Geografia – na compreensão dos espaços, paisagens e territórios – e a Teoria dos Sistemas Agrários e as Ciências Agrárias – na análise das técnicas, sistemas agropecuários e agroecossistemas envolvidos. A pesquisa demonstrou que a Granja desempenhou um importante papel na consolidação do modelo científico agrário e da modernização agrícola do Estado da Paraíba no começo do séc. XX, até ser suplantada pelo avanço urbano da capital por volta da década de sessenta.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências Agrárias; História da Agricultura; agroecossistemas.

ABSTRACT

The objective of this article was to narrate the historical process of the space known as Granja São Rafael, an experimental agricultural station in the State of Paraíba, identifying its agroecosystems, its relations with the city, its role in the agricultural modernization policies of the State of Paraíba and in the agrarian systems to which it belonged, between 1922 and 1960. We used as theoretical and methodological contributions in a dialogical and interdisciplinary way, in the construction of this Rural History, Geography – in the understanding of spaces, landscapes and territories – and the Theory of Agrarian Systems and Agrarian Sciences – in the analysis of the techniques, agricultural systems and agroecosystems involved. The research demonstrated that Granja played an important role in the consolidation of the scientific agrarian model and the agricultural modernization of the State of Paraíba at the beginning of the 20th century, until it was supplanted by the urban expansion of the capital around the 1960s.

KEYWORDS: Agricultural Sciences; History of Agriculture; agroecosystems.

Costumamos pensar o campo, popularmente, como uma existência distante ou até mesmo antagônica às cidades e aos centros econômicos e de decisão política. O mundo rural, de forma maniqueísta, como contrapartida ao universo urbano. No entanto, percebemos que as relações entre estes dois entes se dão de forma muito mais interconectada, quando analisadas em profundidade. Seus vínculos são complexos e de natureza, ao mesmo tempo dialética e dicotômica, complementar e diacrônica, de hierarquias e interdependências.

Além de unidades socioespaciais, o campo e a cidade são sempre elementos internos de sistemas agrários, urbanos, econômicos, políticos, sociais ou culturais mais abrangentes. Suas existências estão imbricadas de forma complexa e sistêmica (Morin, 2014, 2015), dentro de macroestruturas e conforme diferentes conjunturas espaço-temporais (Carlos, 2018; Santos, 2004, 2014). Cumprem, individualmente e coletivamente, com outros elementos dos sistemas, determinados papéis e funções historicamente variáveis.

No início do século XX, o estado da Paraíba passaria a sentir os reflexos da construção e das transformações de um amplo paradigma de modernização, de busca pela racionalização da vida e dos seus processos, de ideologias desenvolvimentistas, da ideia de progresso e de um cientificismo, vivido no mundo e refletido localmente sob diversas facetas (Schott, 2014). Mudanças paradigmáticas estas, percebidas nos campos da economia e da política, com reflexos profundos na sociedade, nas ciências, nos modos de pensar e também no espaço e mundo rural, no ambiente e nos seus agroecossistemas (Melosi, 1993).

Ao mesmo tempo em que as cidades passavam por processos intensos de crescimento e urbanização acelerada (Murari, 2009), o campo sentiria a pressão global pela modernização de suas práticas e pela forte demanda por maiores volumes de produtos agrícolas (Santos, 2012). São fatores inter-relacionados, o crescimento tecnológico e o populacional, e a Paraíba não estaria imune a este

movimento modernizador, no início de seu período republicano (Gonçalves, 1999; Silva, 2004). Suas cidades se expandiriam numa dinâmica rápida de urbanização e sua capital pouco a pouco se transformaria, tornando suas paisagens centrais e periurbanas cada vez menos naturais ou ruralizadas (Cuvi, 2022).

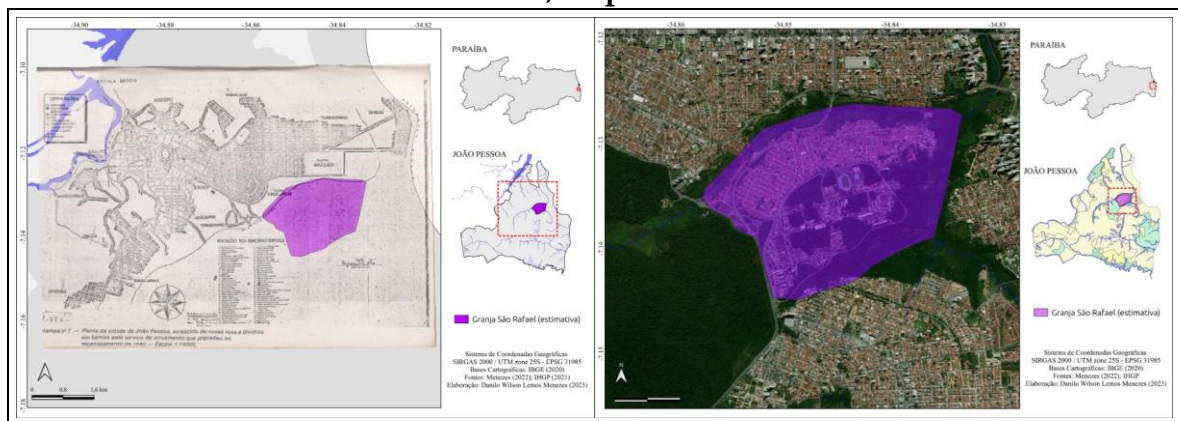
As atividades agropecuárias, principal mote econômico do estado da Paraíba desde tempos coloniais, também sentiram a imposição em acompanhar o movimento geral de racionalização científica e agrícola que se desenhava desde o século XIX e que emergia no século XX através da mecanização, do melhoramento genético, do uso dos defensivos e dos adubos sintéticos e de outras práticas que descambariam na Revolução Verde (Pereira, 2012; Mazoyer; Roudart, 2010).

Dentre muitas medidas do Estado no sentido de conduzir a transformação da agricultura e pecuária em bases racionais mais modernas, foi fundamental a criação de instituições rurais de pesquisa, ensino, divulgação e produção (Pinheiro, 2006) e a mobilização de determinados espaços rurais-florestais para servir a estas proposições, como o foram as fazendas-modelo experimentais. Dentre elas, uma das mais importantes, entendida a partir desta pesquisa como o principal núcleo de incentivo e melhoramento agropecuário na Zona da Mata paraibana por algumas décadas, foi a Granja São Rafael.

Esta espécie de estação estatal experimental e de fomento agrícola desempenhou importantes papéis nos processos de modernização agropecuária em bases racionais e científicas do estado da Paraíba e também na produção de alimentos para o abastecimento da capital. Estabelecendo, com esta última, relações de proximidade e de contato com o mundo em escalas mais amplas (Santos, 2012). Compondo um sistema agrário complexo, envolvendo um território, ao mesmo tempo urbano-rural-florestal, até meados do séc. XX, quando então tem seu espaço absorvido e suplantado pelo crescimento urbano, fruto do mesmo projeto civilizatório de modernidade que a criou e manteve.

Em destaque, abaixo (Figura 1), vemos dois mapas representando momentos distintos da cidade de João Pessoa, com as respectivas localizações relativas da Granja São Raphael em relação a malha urbana. No primeiro, elaborado pela sobreposição georreferenciada de uma planta da cidade da década de 1940 (Planta..., ca. 1940) em um plano cartográfico, a urbe já se aproximava do território da granja. No mapa da direita, temos a área estimada da extinta propriedade São Raphael por sobre uma imagem de satélite atual da cidade.

Figura 1 - Mapas de localização da propriedade São Raphael em ca.1940 e atualmente, respectivamente



Fontes: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP); Menezes (1985). Elaborado pelos autores no Qgis 3.28.

O objetivo desta pesquisa foi analisar o processo histórico do espaço conhecido por Granja São Rafael, identificando seus agroecossistemas, suas relações com a cidade, seu papel nas políticas de modernização agrícola do estado da Paraíba e nos sistemas agrários a que pertencia, entre 1922 e 1960.

Utilizamos de forma dialógica e interdisciplinar, na construção desta História Rural, a Geografia – na compreensão dos espaços, paisagens e territórios – e a Teoria dos Sistemas Agrários e as Ciências Agrárias – na análise das técnicas, sistemas agropecuários e agroecossistemas envolvidos.

A fundação, o surgimento de cidades, seus ciclos de urbanização e crescimento, faz da experiência espacial urbana um fenômeno distinto e diverso

(Camargo, 2016), onde as estruturas antropogênicas e a técnica moldam e alteram o ambiente natural-rural em ligação com o urbano (Melosi, 1993; Santos, 2014), formando sistemas agrários complexos (Costa; Wizniewsky, 2010), dotados de um verdadeiro metabolismo urbano-rural, articulados também com as atividades “a montante” (fornecedores de meios) e “a jusante” (consumidores) (Mazoyer; Roudart, 2010, p. 76).

Procuramos identificar os sistemas agrários a que pertenceu nosso objeto de estudo com base na Teoria dos Sistemas Agrários de Mazoyer e Roudart (2010), segundo a qual, para compreendê-los, é necessário um movimento de dupla identificação do objeto. Num primeiro momento, da atividade agrícola “tal qual ela é [ou foi] efetivamente praticada”, a partir da observação de seus vestígios históricos, formando um “objeto real do conhecimento”. A partir dali, o que se desprende desta primeira identificação, o que nos mostra o objeto de seu contexto e a partir do devido afastamento metodológico e cronológico do observador, construindo um “objeto teórico do conhecimento” (p. 71).

A História Rural é, para Neto (2002, p. 97), “o estudo das paisagens e das sociedades rurais ao longo do tempo” e tem se dividido em temáticas distintas, dentre as quais nos caberia neste estudo, a análise do espaço rural, com suas respectivas produção e técnicas agrícolas. Já para Machado e Tedesco (2020), ela seria uma síntese da História Agrária, mais focada nas relações e estruturas socioagrárias, com a História da Agricultura, cujos objetos seriam as tecnologias, métodos e organização da produção.

A História Rural deve envolver o estudo das relações de dependência e influência entre campo e cidade e suas políticas de abastecimento, assim como os “condicionamentos da produção agrícola decorrentes do consumo urbano” (Neto, 2002, p. 93). Mas também deve incluir “variáveis econômicas, sociais, ambientais, culturais e simbólicas” (Machado; Tedesco, 2020, p. 28), na tentativa de compreensão histórica dos espaços e territórios rurais. Procuramos então elaborar

uma história do mundo rural, necessariamente articuladora entre o local e o global, entre os aspectos produtivos e socioambientais, entre os tecnológicos e técnicos, o político e geográfico.

Sendo, portanto, as Ciências Agrárias preocupadas em explicar os sistemas e técnicas de produção agropecuária; a História Rural ocupada nos estudos dos agroecossistemas antrópicos, historicamente construídos e mantidos sobre bases naturais e; as análises das relações socioespaciais possibilitadas pela Geografia, pareceu-nos promissor permitir o diálogo epistemológico e interdisciplinar envolvendo estes saberes, como ferramenta de apreensão de uma realidade rural passada.

Até o final do séc. XIX, a cidade da Parahyba do Norte ainda estava envolta numa atmosfera ruralizada e em íntima relação com uma natureza antropizada. A partir do séc. XX, já sob a influência da Segunda Revolução Agrícola moderna, mais intensa que as antecessoras por seus processos de “motorização” e “quimificação” (Mazoyer; Roudart, 2010, p. 420), seria agora perceptível, além do descolamento agroecossistêmico entre criação animal e cultivos, a utilização crescente de maquinário pesado, tratores, adubos e defensivos sintéticos e do melhoramento genético nas rotinas do campo, ocasionando mudanças na organização social e produtiva do meio rural, atrelada a um movimento político-ideológico desenvolvimentista mais amplo e a uma corrente cientificista agrícola patrocinada pelo Estado (Ehlers, 1996).

Do fornecimento de lenha às primeiras atividades agrícolas

As primeiras menções a uma propriedade denominada São Raphael surgem nas fontes vinculando aquele espaço ao sistema de abastecimento de água da

capital e aos mananciais do Buraquinho³, dada a proximidade de suas “mattas contiguas” (Mensagem..., 1922, p. 31). Preocupado com o abastecimento de lenha para as bombas a vapor que bombeavam água dos mananciais do Buraquinho para a cidade, o governo do estado da Parahyba do Norte, em meados de 1922, compra o sítio,

no intuito de tornar mais economico o fornecimento de combustivel á usina hydraulica desta capital [...], até então unico fornecedor de lenha a referida usina. (Mensagem..., 1922, p. 31)

Com a compra, o Estado de fato provocaria uma economia de mais de 300% nos custos do metro cúbico de lenha (Mensagem..., 1922)⁴, em detrimento das reservas naturais florestais de biomassa existentes naquele território rural-florestal.

Tendo em vista ser “a pecuária, ao lado do algodão, a maior porção de nossa riqueza”; em face de uma crise de preços no mercado do “gado em pé”; no intuito prévio de criação de uma “xarqueada” e; por estar a suinocultura no estado sendo feita, “como as demais, ao léo”, dentre outros motivos, o governo decide por construir na São Raphael algumas pocilgas, a fim de realizar um trabalho de melhoramento genético de “reproductores puros”, para serem vendidos a criadores, “fornecendo-lhes, de par, o competente pedigree” (Mensagem..., 1922, p. 29 e 30).

Construiu-se então 14 baias, “adaptando uma casa de engenho alli existente” – atestando a existência prévia da cultura da cana-de-açúcar naquelas imediações – um reservatório com 4 m³, com bomba e canalização junto a um

³ Na atual Mata do Buraquinho (Jardim Botânico de João Pessoa).

⁴ De 5\$000 (cinco contos de réis) para 1\$600 (um conto e seiscentos réis) o custo do metro cúbico.

antigo poço e pátio cercado com um tanque para os animais (Mensagem..., 1923, p. 81).

Adquirindo em seguida reprodutores das raças “Canastran” e Duroc-Jersey⁵, tidos como mais adaptáveis ao clima, facilitando o trabalho de aclimação e melhoramento genético (Mensagem..., 1923, p. 40). Neste mesmo ano seria também extraída boa quantidade “de madeiras grossas” da propriedade, das quais foram produzidas quase 3 mil vigas para construção e quase 5.300 m³ de lenha (p. 76), confirmando a existência de uma mata em estágio considerável de sucessão ecológica no local.

Naquele mesmo ano, iniciariam o cultivo de “consolida do Cáucaso” (*S. asperrimum*), de “araruta, batatas, macacheira” e mandioca para a alimentação dos animais, como parte de um projeto de criação de uma espécie de “fazenda modelo” no local, destinada a aclimação de animais de raça e onde deveria também ser fundada uma “simples escola de capatazes”, eminentemente prática, no intuito de formar trabalhadores rurais e “homens entendidos no trato de animaes, conhecendo praticamente o que for essencial aos mistéres de sua profissão, em matéria de veterinária” (Mensagem..., 1922, p. 30), nos moldes de um projeto de racionalização agrária (Santos, 2012).

Segundo o governo do estado, refletindo a falta de percepção dos valores intrínsecos e a ignorância dos serviços ecológicos que a floresta fornece, o eucalipto (*Eucalyptus* sp.) era uma espécie de salvaguarda florestal e econômica, que deveria ser usada no reflorestamento dos campos, “em sua maior parte abandonados ás hervas damninhas e encobertos por vegetação inutil ou de pouco valor commercial”. O que de fato aconteceu ali, pois naquele ano realizaram

⁵ Raça Canastra, endêmica do Brasil e de origem ibérica, pouco encontrada atualmente e o atual porco Duroc.

“plântio de uns 30 mil pés de eucalyptus de várias espécies” na fazenda São Raphael (Mensagem..., 1922, p. 32), ocupando algo em torno de 27 hectares⁶.

Os cortes de lenha nas matas subjacentes a São Raphael, antiga atividade que antecedia a posse da terra pelo Estado (Menezes, 2022), continuaram a alimentar as vorazes bombas d’água do Buraquinho e chegaram a quase 8.000 m³ de madeira em menos de um ano de extração (Mensagem..., 1923). Forte indicativo de que já houvesse naquele momento áreas desflorestadas na São Raphael, nas proximidades dos mananciais do Buraquinho (fração norte e oeste da fazenda), fruto da intensa retirada de madeira e de outras atividades agrícolas.

Em 1926, apesar dos gastos com as culturas forrageiras, “com o pessoal que zela o sitio e com os vigias das mattas”⁷ terem sido de 4:884\$000, a fazenda auferiu uma renda de 700\$000 com olericultura e fruticultura (Mensagem..., 1926, p. 128) e, no ano seguinte, seriam plantados, experimentalmente, 400 pés de café (*Coffea* sp.) (Mensagem..., 1927). Nos primeiros anos de administração da fazenda pelo Estado, continuariam as atividades de manutenção, reparos na estrada, cercamento, limpezas e roçagens gerais (Mensagem..., 1924, 1927).

O “plano de racionalização agrícola” da Paraíba e a Estação Experimental São Rafael

Na década de trinta, o uso de implementos e práticas agrícolas mais modernas, sincronizado com um ascendente movimento cientificista agropecuário, passava a se mostrar mais comum. A “postura racionalista” da modernidade, quando surge, vem também com a necessidade de ordenar e

⁶ Supondo um espaçamento médio de 3 metros nas linhas e entrelinhas entre cada indivíduo.

⁷ Cargo de protetor dos recursos madeireiros para o abastecimento de lenha ao sistema de bombeamento do Buraquinho.

conhecer os espaços e os elementos naturais (Moraes, 2005, p. 110), assim como toda a realidade e o mundo a sua volta.

Na Parahyba, pareciam estar se acabando “as matas que circulavam a nossa Capital” (Medeiros, 193-?, p. 135) e no restante do país se acirrava o uso de novos defensivos como o “verde Paris”⁸, o “arseniato de chumbo” e de maquinário e equipamentos agrícolas diversos (Costa, 1934, p. 41; Paraíba, 1940; Carneiro, 1942, 1943).

Novos projetos já estavam então em andamento naquelas terras parcialmente devastadas da Fazenda São Raphael, onde funcionava uma estação agrícola experimental, como parte de um “plano de racionalização agrícola” (Instalado..., 1938, p. 1), alinhados às políticas de modernização agrícola do Estado Novo (Carneiro, 1944; Pinheiro, 2006; Pinheiro; Silva; Burity, 2013).

Figura 2 - Instalações e algumas atividades agropecuárias da Granja (1938-1944)



Fontes: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP); The Internet Archive – Brasiliana Collection.

⁸ Trata-se do acetoarsenito de cobre, considerado um dos primeiros inseticidas (Mensagem..., 1926, 1927, 1928).

Conforme aponta relatório da Secretaria de Agricultura da Paraíba, em prol do fomento agrícola, o governo Vargas teria criado o Ministério da Agricultura e organizado “centros de fomento, de pesquisas e de publicidade”, investindo em maquinário agrícola, formação de agrônomos e técnicos, publicações e divulgação científica, sementes selecionadas e implementos diversos, quando “a produção nacional iniciou um ciclo mais promissor” (Paraíba, 1940, p. 4). Segundo o mesmo relatório,

a mentalidade do agricultor paraibano, trabalhada desta maneira intensa, inteligente e onímoda pela escola, pelo rádio, pela palestra, pelo jornal, pelo comunicado, pelo livro, pelo exemplo – modifica-se rapidamente. (Paraíba, 1940, p. 6)

Numa visita do então secretário de agricultura do estado à “Estação Experimental do litoral”, observou-se a conclusão de “aviário, apiário e coelheiras”, assim como um horto para espécies silvícolas e frutíferas. Constatamos também haver, naquele momento, preparativos para a fundação de uma pequena colônia de famílias japonesas (A Cultura..., 1938), onde se construíram casas para alojá-los e já se preparavam os campos de cultivo (O Sr. Secretário..., 1938) “dedicando-se todas especialmente ao cultivo de hortaliças” (Instalado..., 1938).

Tendo em vista que, aparentemente, em João Pessoa “as verduras sempre fôram insuficientes, pouco variadas e caríssimas”, a São Rafael seria responsável então pelo desenvolvimento da “cultura científica de hortaliças”, com o intuito de ter a capital,

seu abastecimento de hortaliças garantido, devendo ser cultivadas, na Fazenda ‘São Rafael’, numerosas espécies, pelo que se tornará seu custo acessível a todas as classes sociais. [...] estendendo-se

ainda ao cultivo do arroz, feijão, batatas, cana, etc. (Instalado..., 1938)

Mesmo após a saída destes primeiros colonos, a fazenda, “situada a pouco menos de 6 quilômetros [do centro] da capital” (Instalado..., 1938), continuou funcionando como núcleo de experimentação agrícola e famílias brasileiras ocuparam o lugar, as antigas casas e os campos de cultivo dos japoneses (Carneiro, 1942) até, pelo menos, a década de 1950 (Caiu..., 1954; Um Trimestre..., 1951), onde permaneceram cultivando a terra, “sem que a Capital se ressentisse da falta de abastecimento de hortaliças”, segundo discurso oficial (Carneiro, 1943, p. 231).

Naquele momento, conforme as políticas educacionais vigentes, que destacavam o papel das escolas rurais e da vinculação das atividades agropecuárias e educacionais (Pinheiro, 2006), foi criada na fazenda uma “cadeira rudimentar mista”, neste que era o “primeiro núcleo colonial organizado na Paraíba” (Instalado..., 1938), formalmente inaugurada, dois anos depois, “a Granja São Rafael, perfeitamente instalada como estabelecimento modelar” (Com a Inauguração..., 1940).

Havia, segundo Pereira (2013, p. 116), uma especificidade na implementação dessas políticas de educação rural na Paraíba, uma vez que muitas dessas instituições foram criadas na capital, desenvolvendo atividades agrário-pedagógicas voltadas à modernização das práticas agrícolas, “elevando ainda a mentalidade ruralista aos pequenos produtores no sentido da valorização do campo”, uma vez que o fomento agrícola, até a década de 1940, “se limitava as regiões mais próximas da Capital” (Paraíba, 1940, p. 5).

Todavia, parece ter havido uma tentativa política de descentralizar os recursos e os esforços para as atividades agropecuárias da capital, buscando a capilarização e a “generalização do fomento municipal” (Paraíba, 1940, p. 7). Com a fundação, por exemplo, de campos de demonstração e cooperação, em todos os

municípios, para aclimação de espécies de interesse econômico. Mostrando, “de maneira insofismável, as vantagens dos métodos modernos de lavoura” e ampliando os “serviços experimentais” do Estado (Paraíba, 1940, p. 8). A atuação governamental se estenderia assim “a todos os municípios paraibanos, levando aos agricultores e fazendeiros uma assistência material e técnica permanente” (Carneiro, 1942, p. 167).

Projetava-se, dessa forma, a reafirmação de um novo momento político-ideológico, vivenciado a partir do Estado Novo, refletido nas políticas agrícolas e educacionais, nos sistemas agrários, na composição das paisagens agroecossistêmicas, nas relações entre campo e cidade e no desinteresse pelas matas remanescentes, consideradas de pouca utilidade nessa conjuntura territorial e histórica quando, “do ponto de vista do desenvolvimento da rede urbana” (Gonçalves, 1999, p. 32), a cidade vai abrindo novas vias e estendendo sua malha por sobre os ambientes ruralizados e naturais.

A Produção agropecuária na Granja São Rafael

Durante a interventoria de Rui Carneiro (1940-1945), haveria uma ênfase no fomento a produção agropecuária que, sendo considerada uma das principais fontes de renda do estado, recebeu “o amparo e incentivo que se faziam precisos” (Carneiro, 1942, p. 161). Possuindo “terras de paúes⁹ e planícies muito férteis”, o que era considerado “otimamente para a agricultura”¹⁰, o governo resolve transformar a fazenda “num grande campo de hortaliças, emprestando-lhe, assim, uma grande utilidade” (Carneiro, 1943, p. 219).

⁹ Pântanos, alagados ou terras baixas inundáveis.

¹⁰ Embora também tenha sido apontada posteriormente como possuidora de terras “em sua maioria pobres e secas” (Carneiro, 1944, p. 257).

Recebeu, por quase duas décadas, investimentos relacionados a pesquisa e produção agrícola, representando “a nova fase” que passaria a São Rafael (Instalado..., 1938). Funcionando inicialmente com “secções de Avicultura, Suinocultura, Bovinocultura e Apicultura” (Carneiro, 1942, p. 164) e acrescentando posteriormente seções de equinocultura¹¹, agrostologia, assim como um “posto zootécnico” (Paraíba, 1940, p. 6), a granja trabalhou no melhoramento genético e no aprimoramento e aclimatação de diversas raças, ficando logo conhecida como “núcleo principal de fomento a pecuária paraibana” (Carneiro, 1943, p. 219).

De modo a atender as exigências da “avicultura racional e científica” (Carneiro, 1943, p. 223) e divulgar “processos mais adiantados de criação” (Carneiro, 1944, p. 254), a Granja São Rafael contou com uma ampliação considerável do espaço avícola no transcorrer dos anos (Aos Avicultores..., 1952; Batata..., 1952), vendendo ovos, animais abatidos, pintos e, especialmente, matrizes de raças melhoradas para os produtores locais¹². Chegando a 1954 com um “magnífico plantel de aves de várias raças nobres” (Mensagem..., 1955, p. 31).

Conforme aponta relatório, este incremento na produção da seção de avicultura se deu em parte por um esforço de guerra¹³, “uma vez que a concentração de tropas no Nordeste” (p. 223) determinou maior consumo, que se manteve, mesmo após a guerra, como tendência de mercado.

Após as primeiras tentativas de criação de suínos, nas fases iniciais da fazenda estatal (Mensagem..., 1923), é na década de quarenta que a suinocultura passa a ser considerada como uma atividade promissora na Granja (Carneiro, 1943). “Por efeito da propaganda” promovida pelo Estado (Carneiro, 1944, p. 255),

¹¹ Englobando a criação de equinos, asininos e muare.

¹² As raças de aves existentes na Granja eram: Leghorn, Plymouth Rock Barrad, Rhode Island Red, New Hampshire, Light Sussex, Gigante Negra de Jersey e Pescoço Pelado (*Gallus* sp.); Mamouth Bronzeado (*Meleagris* sp.); Khaki Campell e Pequim (*Spatula* sp.).

¹³ Vivia-se durante o período da Segunda Grande Guerra, da qual também participou o Brasil.

a recém-criada Secção de Suinocultura da Granja passou a ser procurada pelos produtores, no intuito de adquirir reprodutores de linhagens selecionadas de leitões e adultos, resultando em um importante trabalho de melhoramento e aclimação de raças¹⁴ a realidade local.

Entendendo a pecuária bovina como atividade estratégica, tendo em vista a impossibilidade de desenvolver a criação extensiva e a necessidade de melhorar os rebanhos do estado (Carneiro, 1943; Mensagem..., 1948), o governo pleiteou inicialmente uma colaboração com o Ministério da Agricultura, sendo atendido com o envio de alguns reprodutores de raça aclimatadas a nossa região, embora o rebanho da Granja já fosse considerado, naquele momento, como “apreciavelmente melhorado” e contasse também com um reprodutor “Shwitz”¹⁵ (Carneiro, 1942, p. 165).

Até 1954, o plantel teria sido acrescido, incluindo animais provenientes de centros criadores em Campinas, na Argentina e Uruguai, de modo a diminuir os riscos da consanguinidade. (Mensagem..., 1953, 1955). Tendo em vista a zona litorânea paraibana, naquela conjuntura, ser tida como um espaço de excelência para criação de gado leiteiro, “notadamente na orla marítima e nas zonas paúis” (Zenaide, 1953), o intuito era o de promover o melhoramento genético e a produção leiteira no estado¹⁶, fornecendo reprodutores a “preços razoáveis e com fichas de pedigree” (Carneiro, 1944, p. 256).

Tendo em vista a adoção progressiva dos veículos a motor e o conseqüente desinteresse dos criadores, “a produção de animais para trabalhos agrícolas e

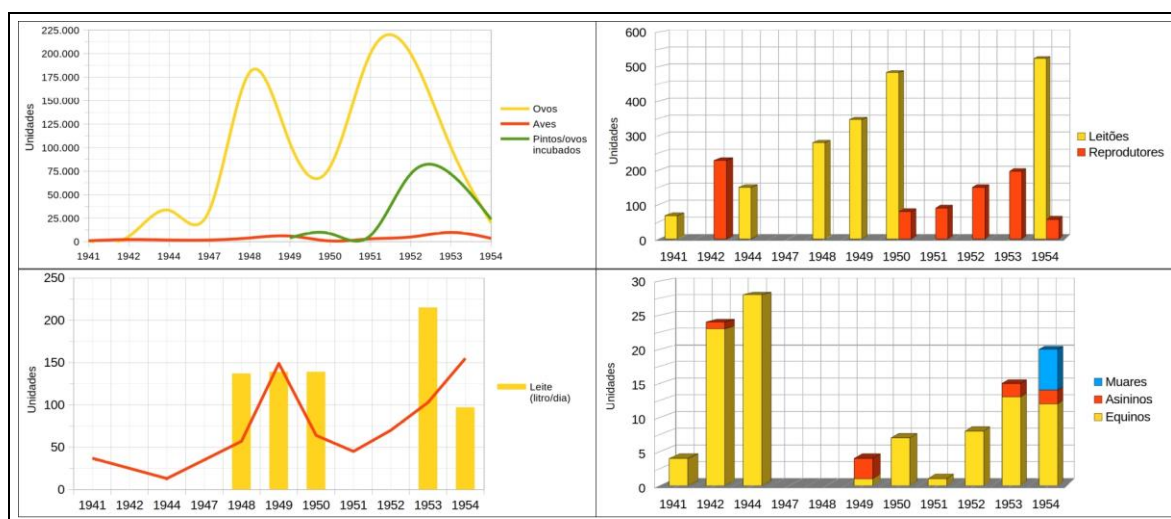
¹⁴ As raças de suínos existentes na Granja eram: Duroc-Jersey, Poland-China, Edel, Berkshire, Poland China, Piau, Francano, Carunchinho e Caruncho.

¹⁵ Provavelmente se trata da Pardo-Suíça ou Schwyz, raça europeia pura, selecionada para produção de leite. Outras raças existentes na Granja: Gyr, Nelore, Indobrasil, Holandesa, Jersey-Guernsey, Schwitz, Guernersey e Jersey.

¹⁶ Em 1952, em vacas holandesas na Granja submetidas a cuidadosa seleção, foi observada uma produção diária superior a 15 litros, com registro de 20 a 23 litros em alguns animais (Mensagem..., 1952).

transportes” vinha se tornando insuficiente na Paraíba (Carneiro, 1943, p. 221). Foi instalado então na Granja um “posto de monta para equinos” contando, no decorrer dos anos, com “excelentes reprodutores” de raça¹⁷ – muitos dos quais doados por oficiais e pelo Serviço de Remonta do Exército – e diversos cruzamentos experimentais realizados a partir destas raças (Carneiro, 1942, p. 165; 1943, 1944). Podemos verificar na figura abaixo, a evolução da produção avícola, de suínos, bovina e de equinos da granja, no intervalo de 1941 a 1954.

Figura 3 - Produção animal da Granja São Rafael (1941 a 1954).



Fontes: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP); The Internet Archive – Brasiliana Collection; Biblioteca Central da UFPB.

Melhorando as atividades de apicultura iniciadas em 1938 (O Sr. Secretário..., 1938), a Granja receberia, em 1940, um novo apiário “mais espaçoso e melhor localizado”, além de ter renovado seus implementos e materiais, no intuito de “fornecer núcleos selecionados a apicultores” e outros interessados na atividade (Carneiro, 1942, p. 165). Servindo também como “núcleo de propaganda e desenvolvimento da apicultura” e de distribuição de matrizes para um programa de fomento a apicultura no estado da Paraíba (Carneiro, 1944, p. 257; Mensagem..., 1953).

¹⁷ Puro Sangue Inglês (PSI), Mangalarga, Bretão, Anglo-Árabe, Crioulas e Jumentos Pêga.

Em meados da década de quarenta, conforme apontava o governo estadual, a produção agrícola paraibana parecia viver um período de abundância e desenvolvimento, derivada de uma política de incentivo e modernização técnico-tecnológica e do “ensinamento dos métodos racionais de trabalho”, que modificariam a paisagem rural e a economia paraibana (Carneiro, 1944, p. 230).

Contudo, embora houvesse a ampliação das áreas de cultivos, “sobretudo nas zonas do Brejo e Litoral, centros principais da produção de gêneros alimentícios”, alguns territórios urbanos litorâneos, estariam ainda subaproveitados enquanto espaços agrícolas, “especialmente nos trechos cortados por cursos d’água perenes e ainda não saneados”¹⁸ (Carneiro, 1944, p. 254).

Arelada a produção animal, desenvolveu-se na São Rafael, desde sua fundação (Mensagem..., 1922), “com o propósito de diminuir as despêsas com o custeio da Granja”, culturas forrageiras em caráter experimental¹⁹. Através da seção de agrostologia da Granja, foi feito o melhoramento de forrageiras nativas e a aclimação de exóticas (Mensagem..., 1947, p. 38; 1948; 1949). Temos evidências, por exemplo, que a introdução da algaroba²⁰ (*Prosopis juliflora*) na Paraíba se deu pela zona litorânea e que o seu cultivo de aclimação e experimentação foi incentivado na Granja São Rafael²¹ (Mensagem..., 1953, 1955).

Com base no entendimento político, cada vez mais firme, de que a agropecuária paraibana “não podia marchar sem um amparo verdadeiramente

¹⁸ Por ‘saneados’ entenda-se drenados e com a vegetação ciliar suprimida, conforme prática comum nesse período (Menezes, 2022).

¹⁹ Dentre as espécies cultivadas estariam: araruta, “mandioca, sorgo, cana forrageira, guando e girasol”, além dos capins sempre verde, gordura, colômbio, elefante “das variedades A e B, guiné”, “cana Kassoer”, “planta”, angolinha, jaraguá e outras variedades (Carneiro, 1943, p. 219; Mensagem..., 1949, p. 92).

²⁰ Hoje amplamente disseminada pelo semiárido e tida no passado como uma planta salvacionista da pecuária.

²¹ Segundo a mesma fonte, já haviam cultivos experimentais da algaroba no Horto Simões Lopes, na capital, naquela data.

científico” e com base na “experimentação concienzosa”, o Estado da Paraíba organizou e patrocinou pesquisas, no intuito de desenvolver e melhorar algumas outras culturas, algumas já tradicionais nos espaços litorâneos paraibanos²², como a introdução do coqueiro anão (*Cocos nucifera*), variedade vinda do Ceilão, de manejo mais fácil e maior produtividade, aclimatada na Granja e utilizada até hoje. Neste sentido, um cultivo experimental “relativamente extenso” foi implantado na Fazenda São Rafael, com bons resultados iniciais (Carneiro, 1942, p. 167), já caracterizada como cultura definitiva no ano seguinte na Granja (Carneiro, 1943).

O período de redemocratização e os novos investimentos agrícolas

Na passagem da década de quarenta para a seguinte, era reconhecido pelo Estado que, para o desenvolvimento da pecuária paraibana “em bases racionais”, era fundamental os “serviços experimentais” desempenhados na Granja São Rafael. Esta mantinha rebanhos sob “rigoroso controle seletivo” e tinha passado por grandes reformas, melhoramentos e apresentado ótimos resultados (Mensagem..., 1952, p. 115), já sendo considerada um núcleo de fomento à criação, por excelência.

No entanto, se reconhecia a necessidade de sua ampliação, introdução de novos plantéis e aperfeiçoamento dos existentes, que deveria ser “objeto de atenção imediata” por parte do Estado (Mensagem..., 1947, p. 38). Havia a ideia de que a Granja São Rafael e a Fazenda Riacho dos Cavalos (Semiárido) fossem

²² Conforme aponta o governador Ruy Carneiro, a cultura do coco no litoral da Paraíba, onde já haviam “coqueirais quasi seculares [...] ainda viçosos e produtivos” (1942, p. 170), tinha importância econômica considerável. A média anual de exportação foi de 757.000 frutos em 1941 e, entre 1942 e 1943, a Paraíba exportaria 20 toneladas de coco (Carneiro, 1942, 1944). João Pessoa teria, antes da década de 1950, 900 ha de cultivo da palmeira em suas terras (Amaral, 1958), subindo para 2.720 ha em 1956, quando a produção correspondia a 34% dos produtos agrícolas do município (IBGE, 1960).

transformadas em fornecedoras privilegiadas de matrizes e de suporte técnico para uma cadeia de postos de monta espalhados por todo o estado da Paraíba, fechando um sistema estadual de melhoramento genético animal (Mensagem..., 1948; 1950).

Dos dois últimos anos da década de 1940 até a metade da seguinte, a Granja geraria rendas cada vez maiores²³ (Mensagem..., 1949, 1950, 1952, 1953, 1955), se colocando assim, não apenas como um núcleo de experimentação, melhoramento genético e incremento agrícola, mas também como mais uma fonte de renda para o estado da Paraíba.

Naquela conjuntura dos primeiros anos de redemocratização após a ditadura Vargas, o investimento estatal e a produção agropastoril na Paraíba se elevariam a patamares até então desconhecidos, “apresentando um vigoroso índice de vitalidade” (Mensagem..., 1950, p. 115), compatível com o processo de transição econômica brasileira do período e de industrialização da agricultura (Silva, 1987), alinhadas ao movimento ideológico desenvolvimentista e de progresso tecnicista, e amparadas numa base científica de controle da natureza (Santos, 2012).

No curto período de cinco anos, no final daquela década, o estado da Paraíba investiria fortemente e de forma progressiva, dentre outros, na aquisição de sementes selecionadas, na compra dos defensivos químicos, em maquinário e outros implementos agrícolas e na ampliação dos campos de cooperação, onde se desenvolviam, junto aos agricultores e de forma prática, experimentações e melhoramentos diversos. O que fez os investimentos públicos agrícolas aumentar mais de 50 vezes em cinco anos²⁴.

²³ De cerca de Cr\$ 180.000,00 em 1948 a Cr\$ 380.000,00 em 1954.

²⁴ De quase zero em investimentos a cerca de Cr\$ 2.500.000,00, de 1945 a 1950.

A Revolução Verde ou Segunda Revolução Agrícola moderna (Mazoyer; Roudart, 2010) traduzia-se na Paraíba, enfim, no investimento público maciço em insumos e meios de produção agrária. Segundo o novo governador, naquele momento, “as Fazendas mantidas pelo Estado entraram numa fase renovadora”, quando chegavam a Paraíba, por exemplo, 32 mil doses de vacina contra aftose adquiridas pelo poder público, no intuito de aprimorar a produção pecuária (Um Trimestre..., 1951, p. 21).

Em 1955, o governo do estado afirmava ter proporcionado “um vasto programa de assistência”, fornecendo os mesmos insumos e implementos mecânicos, além de “orientação técnica” (Mensagem..., 1955, p. 33). Isso, ao mesmo tempo em que se cobrava mais cooperação do governo federal, para além das “simples atividades de assistência técnica ou supervisão burocrática”, como mais investimentos em modernização agrícola (Mensagem..., 1950, p. 13).

Na capital, uma das maiores preocupações naquele momento era o abastecimento da cidade, que expandia rapidamente sua zona urbana, em população e território²⁵. O perímetro total de influência da cidade era um ambiente predominantemente florestal ruralizado até meados do século XX, quando “foi perdendo gradativamente sua importância como locus de produção agrícola” (Lavieri; Lavieri, 1992, p. 17).

Para Gonçalves (1999), até essa época, a cidade viveria um conflito dicotômico entre o rural e o urbano, enquanto suas frentes de expansão seguiam consumindo os remanescentes florestais, sítios, propriedades e pequenas comunidades rurais (Menezes, 2022), em sua transformação modernizadora, “saída da sombra, da lama e da poeira” (Mensagem..., 1952, p. 16).

Mesmo com a expansão das escolas rurais e a modernização do ensino, a Paraíba enfrentava ainda o problema da fixação do professorado na zona rural

²⁵ Entre 1954 e 1972, num intervalo de menos de vinte anos, a cidade expandiria sua área aproximadamente 59,1% e cresceria sua população 62,5% (Menezes, 2022).

(Pinheiro, 2006). Então, antes mesmo da previsão na LDB de 1961, o estado da Paraíba fundaria uma Escola de Especialização Rural na Fazenda São Rafael que, contando também com um internato, destinava-se “ao aprendizado de professoras de todo o Estado” para atuar nas escolas rurais, a “difusão do ensino rural em bases racionais” e a “execução do programa de educação do homem do interior” (Funcionará..., 1956, p. 3 e 4).

Como forma de tentar sanar o problema de abastecimento das cidades, o governo estadual propunha, dentre outras medidas, a ampliação dos centros de produção próximos aos centros de consumo, “fazendo convergir para êsses pontos recursos técnicos e financeiros”. Podendo então, supostamente, gerar produtos de subsistência baratos, “ficando as culturas extensivas” para espaços mais distantes (Um Trimestre..., 1951, p. 101).

Dessa forma, ficou determinado que algumas fazendas pertencentes ao Estado seriam responsáveis pelo abastecimento da capital²⁶, bastando “aparelhar êsses núcleos dos meios necessários para a produção” (Um Trimestre..., 1951, p. 102). À São Rafael caberia também o fornecimento de itens para a merenda escolar, sendo para isso iniciada “uma intensa cultura de hortaliças” (p. 112).

Isto implicava numa centralização em investimentos agrícolas nas proximidades das grandes cidades do estado e na criação de uma situação paradoxal no sistema agrário ao qual pertenciam a Granja e o centro urbano da capital. Ao mesmo tempo em que recrudesciam os investimentos agropecuários na São Rafael para satisfazer as crescentes demandas, João Pessoa se expandia e tendia a engolir aquele território em seu processo de avanço urbano. O que de fato viria logo a ocorrer.

²⁶ Que já contaria nessa época com cerca de 120.000 pessoas.

O avanço urbano e a extinção da Granja São Rafael

Ao mesmo tempo, no entanto, que a fazenda São Rafael ganhava estas novas funções e papéis, perderia paulatinamente seu território. Não demoraria mais que alguns anos até que a fazenda, a escola, seus campos e estábulos dessem lugar a pavimentação dos ruamentos, casas, prédios e praças dos novos bairros, novo campus e hospital universitários. Até lá, as atividades agrícolas da fazenda – e a própria menção daquele território enquanto espaço rural, agora quase tocado pela urbe – seriam cada vez mais escassas.

Nesta última fase da São Rafael, marcada pelo avanço geográfico da malha urbana por sobre seus “espacios verdes periurbanos” (Fadigas, 2009, p. 34), rurais e florestais, quando “oferece-se para uma grande expansão” (Almeida, 1969, p. 25), a cidade ultrapassaria a última grande barreira física ao sul, no vale do Jaguaribe trazendo, invariavelmente, a avalanche urbana por sobre os agroecossistemas da fazenda.

Entre 1957 e 1960, encontramos poucos indícios de atividades agrícolas (mesmo que indiretas) na São Rafael, como uma excursão escolar com aulas práticas na fazenda sobre a cultura canavieira (Exposição..., 1957, p. 5) e algumas menções diretas à Granja, enquanto um “importante estabelecimento agropecuário do govêrno”, focado no melhoramento dos rebanhos pecuários e aviários do estado, “pela seleção e venda das espécies” e em “atividades de experimentação” (IBGE, 1960, p. 304; 1970, p. 11).

Em 1958, o estado doa (Paraíba, 1958) grande parte da fração sul da fazenda para a construção do campus da Universidade da Paraíba²⁷ (Campus..., 196-; Escola..., 196-; João Pessoa, 1959), que contava “com grande bosque”, sinalizando a existência de reservas florestais consideráveis, mesmo com toda atividade

²⁷ Posteriormente federalizada, quando passa a se chamar Universidade Federal da Paraíba. A área doada foi de 115,48 ha (Paraíba, 1958; João Pessoa, 1959).

agropecuária (S. Rafael..., 1956). E, durante as décadas de 1960 e 1970, o restante seria doado para a construção do Hospital Universitário (Paraíba, 1968) e dos conjuntos residenciais Castelo Branco, ocupando os últimos hectares da antiga Granja (Lavieri; Lavieri, 1992).

O território da Granja São Rafael, desmembrado e descaracterizado, passa pouco a pouco então a apresentar paisagens urbanas e áreas de preservação permanentes, pertencentes ao zoneamento urbano da capital. Não se mencionaria mais, a partir da década de sessenta, sítios, granjas ou outros espaços rurais naquele território, além de referências pretéritas de uma “antiga fazenda” chamada São Rafael (Almeida, 1969, p. 25; Andrade-Lima, 1971).

Algumas Considerações Finais

Durante cerca de quarenta anos, funcionando como uma unidade de produção, experimentação e fomento agrícola do Estado da Paraíba, a Granja São Rafael, parte de um sistema agrário local e regional, desempenhou um importante papel no âmbito dos projetos de racionalização e modernização das atividades agropecuárias do Estado, na primeira metade do século XX.

Tendo sido adquirida de particulares pelo Estado da Parahyba do Norte em 1922, com o propósito de baratear o fornecimento de lenha para as caldeiras das bombas d'água do sistema de abastecimento hídrico da capital, nos mananciais do Buraquinho, território contíguo a então propriedade São Raphael, passou a ter suas reservas florestais e madeireiras diretamente exploradas com mais intensidade pelo Estado, embora esta extração já ocorresse até então, com o mesmo propósito.

Com o passar dos anos, no entanto, o Estado passaria a focar mais no potencial agropecuário daquela unidade rural, inserindo e incentivando algumas criações e culturas. Suas funções e representações sofreriam algumas pequenas

variações durante sua existência, assim como os seus agroecossistemas e os impactos gerados na paisagem por aquelas atividades. No entanto, constatamos na pesquisa, que prevaleceria o seu papel de unidade de pesquisa, experimentação, divulgação e desenvolvimento agropecuário da Paraíba, com ênfase na criação e melhoramento genético animal.

Apesar de observarmos evidências de pequenas atividades pontuais, experimentais ou de aclimatação de espécies na Granja, em maior ou menor grau, nos campos da sericicultura, cunicultura, apicultura, cafeicultura, fruticultura, cultivo cocos, forrageiras diversas ou mesmo de adaptação de espécies como a algaroba, prevaleceram no tempo – perdurando por décadas – as atividades de pesquisa, produção e melhoramento genético ligadas, especialmente, a avicultura, suinocultura e bovinocultura. E, em menor intensidade, mas com certa persistência, a criação de equinos, asininos e muares, a olericultura e a forragicultura.

As atividades desenvolvidas na fazenda envolveram objetivamente a produção, fornecendo produtos como hortaliças, leite, ovos e carnes, por bastante tempo e com algum lucro, quase sempre em íntima relação com a crescente capital. Assim como também animais de raças e linhagens melhoradas, que eram então adquiridas por criadores particulares.

Existiram ainda algumas iniciativas esporádicas ligadas diretamente ao ensino agrícola, como a criação de uma escola de aperfeiçoamento de professoras rurais. Entretanto, suas maiores contribuições ao projeto de racionalização das práticas agrárias do Estado se deram, especialmente, nos campos da experimentação, pesquisa, aclimatação de espécies, melhoramento genético – animal em especial – assistência técnica e divulgação de métodos agrícolas mais modernos e científicos.

Representando a São Rafael um importante núcleo de desenvolvimento agrário do Estado, num contexto geral de ascensão de uma agropecuária

cientificista, a fazenda desempenhou um importante papel na consolidação do modelo científico agrário e na modernização agrícola do Estado da Paraíba no começo do séc. XX, até que veio a ser suprimida e substituída pelo intransigente processo urbanizador.

Sua história, portanto, é marcada por esta dupla faceta, em função de seus papéis e funções no sistema agrário. É parte de um sistema agrário, no qual estabelece com o centro urbano regional uma relação de proximidade, contato e interdependência. E desempenha também papel fundamental num projeto político e econômico de racionalização e modernização científica das práticas e mentalidades do mundo agrário paraibano.

Criada e mantida por décadas como um elemento rural de íntima relação e proximidade geográfica e funcional com a maior cidade do estado, a Granja São Rafael refletia um sistema agrário que ainda podia mesclar, sem maiores traumas, o universo urbano e citadino com as paisagens rurais e florestais naquele início de século XX.

No entanto, foi a sua estreita relação de proximidade espacial com o mundo urbano, fundamento dos fluxos de matéria, energia e informação trocados neste sistema inicial, que contribuiu com a sua extinção na década de sessenta. A medida que João Pessoa expandia seus limites urbanos, acompanhando um movimento mais abrangente e generalizado de modernização, crescimento e concentração populacional, aproximando-se da fazenda, o formato das relações sistêmicas campo-cidade também sofriam metamorfoses nesse mundo modernizado, tornando estas relações cada vez mais dicotômicas, afastando estes dois universos.

A importância e as contribuições da Granja São Rafael na produção e abastecimento da cidade e no fomento às atividades agropecuárias do estado, no âmbito de um projeto de racionalização agrícola, perderiam importância na década de sessenta, ao menos frente as necessidades pungentes da avalanche de

urbanização e expansão da cidade. No fim, o mesmo paradigma moderno de racionalização que a fez como fez, a suplantou e extinguiu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMARGO, F. M. **La Historia Ambiental Urbana: contexto de surgimiento y contribuciones para el análisis histórico de la ciudad.** Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura, Bogotá, v. 43, n. 1, p. 375-402, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/achsc/v43n1/v43n1a13.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

CARLOS, A. F. **A Condição Espacial.** 1 ed. 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

COSTA, A. J. V.; WIZNIEWSKY, J. G. **História Ambiental Agrária: uma reflexão dialética sobre o espaço rural brasileiro.** Boletim Goiano de Geografia, v. 30, n. 1, 2010.

CUVI, N. **Historia Ambiental y Ecología Urbana para la Ciudad.** In: URQUIJO, P. S.; LAZOS, A. E.; LEFEBVRE, K. Historia Ambiental de América Latina: enfoques, procedimientos y cotidianidades. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2022.

EHLERS, E. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma.** São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FADIGAS, L. **La Estructura Verde en el Proceso de Planificación Urbana.** Ciudades, Valladolid, España, n. 12, p. 33-47, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.24197/ciudades.12.2009>. Acesso em: 23 mar. 2023.

GONÇALVES, R. C. **Questão Urbana na História da Paraíba.** In: GONÇALVES, R. C. et. al. **Questão Urbana na Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

LAVIERI, J. R.; LAVIERI, M. B. F. **Evolução urbana de João Pessoa pós-60.** In: GONÇALVES, R. C. et. al. **Questão urbana na Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1999.

MACHADO, I. A. P.; TEDESCO, J. C. **História do Mundo Rural: construção do conhecimento em perspectiva.** In: MACHADO, I. A. P.; GERHARDT, M.;

TEDESCO, J. C. *História do Mundo Rural: o sul do Brasil*. Vol. II. Erechim: All Print, 2020.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo/Brasília, Unesp/Nead, 2010.

MELOSI, M. V. **The Place of the City in Environmental History**. *Environmental History Review*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 1-23, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3984888>. Acesso em: 23 mar. 2023.

MENEZES, D. W. L. **Entre a Devastação e a Conservação: uma História Ambiental da Mata do Buraquinho – Paraíba (1585-2014)**. 2022. 445 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

MORAES, A. C. R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. 4 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MURARI, L. **Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009.

NETO, M. S. **Revisitar a História Rural**. In: D'ENCARNAÇÃO, J. *As Oficinas da História*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

PEREIRA, M. C. B. **Revolução Verde**. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G.; *Dicionário da Educação do Campo*. 2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, P. L. **Educação rural na Paraíba (1946-1961): “um meio para fixar o homem ao campo”**. 220 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2013.

PINHEIRO, A. C. F. **A era das escolas rurais primárias na Paraíba (1935 a 1960)**. In: SCOCUGLIA, A. C.; MACHADO, C. J. dos S. (Orgs.). *Pesquisa e historiografia da educação brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2006.

PINHEIRO, A. C. F.; SILVA, E. N. C. de A; BURITY, L. M. D. **Grupos escolares e escolas rurais na Paraíba estadonovista (1937-1945)**. Revista HISTEDBR, Campinas, n. 54, p. 172-188, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/>. Acesso em: 3 abr 2023.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed. São Paulo: Editora da USP, 2004.

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SCHOTT, D. **Urban Development and Environment**. In: AGNOLETTI, M.; SERNERI, S. N. (org.). *The Basic Environmental History*. Florence: Springer, 2014.

SILVA, J. G. da S. **O que é Questão Agrária**. 14 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

SILVA, L. M. T. da. **Características da urbanização na Paraíba**. Revista Cadernos do Logepa: Série Texto Didático, João Pessoa, PB, n. 5, p. 34-39, dez. 2004.

Fontes

A CULTURA científica de hortaliças na “Fazenda São Rafael”. **Jornal A União, João Pessoa (PB), n. 218, 29 set. 1938**. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), Hemeroteca.

ALMEIDA, José Américo de. **Cidade de João Pessoa: roteiro de ontem e de hoje**. João Pessoa: PMJP, [1969]/2005.

AMARAL, Luís. **História Geral da Agricultura Brasileira**. Vol. I e II, 2ª Ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1958. Brasileira Eletrônica, Coleção Brasileira. Disponível em: <http://brasilianadigital.com.br/brasiliana/>. Acesso em: 10 maio 2023.

ANDRADE-LIMA, D. de; ROCHA, M. G. **Observações preliminares sobre a Mata do Buraquinho, João Pessoa, Paraíba.** Anais do ICB - UFRPE. Recife: 1971. Biblioteca Embrapa Florestas.

AOS AVICULTORES. **Jornal O Norte, João Pessoa (Paraíba), Anno XLII, n. 710, 5 jul. 1952.** Fundação Biblioteca Nacional - Brasil, Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 18 maio 2023.

BATATA, macacheira e ovos. **Jornal O Norte, João Pessoa (Paraíba), Anno XLII, n. 631, 28 mar. 1952.** Fundação Biblioteca Nacional - Brasil, Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 18 maio 2023.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 3, de 14 de fevereiro de 1948.** Aprova a Convenção para a proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América assinada pelo Brasil a 27 de dezembro de 1940. Diário do Congresso Nacional: seção 1, p. 1505, 14 fev. 1948. Arquivo da Câmara dos Deputados, Acervo Virtual. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934.** Aprova o código florestal. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1934. **Arquivo do Planalto,** Acervo Virtual. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 18 maio 2023.

CAIU desastrosamente ao solo. **Jornal O Norte, João Pessoa, Edição 1496, 20 nov. 1954, p. 8.** Fundação Biblioteca Nacional - Brasil, Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 09 mar. 2023.

CAMPUS da Universidade Federal da Paraíba. [196-]. **1 fotografia aérea.** In: FERREIRA, L. De F. G.; FERNANDES, David. UFPB 50 Anos. João Pessoa: Editora Universitária, 2006. Biblioteca Setorial do CCEN/UFPB.

CARNEIRO, Ruy. **A Administração Paraibana em 1941. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas pelo Interventor Ruy Carneiro.** João Pessoa: Imprensa Oficial, 1942. The Internet Archive – Brasiliana Collection, Memória Estatística do Brasil. Disponível em: <https://archive.org/>. Acesso em: 8 mar. 2023.

CARNEIRO, Ruy. **Atividades do Governo da Paraíba em 1942. Relatório ao Exmo. Sr. Presidente da República.** João Pessoa: Imprensa Oficial, 1943. The Internet Archive – Brasiliana Collection, Memória Estatística do Brasil. Disponível em: <https://archive.org/>. Acesso em: 17 maio 2023.

CARNEIRO, Ruy. **Serviços e Realizações em 1943: exposição apresentada ao presidente Getúlio Vargas pelo interventor Ruy Carneiro**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1944. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), Obras Raras.

COM A INAUGURAÇÃO de importantes obras e serviços públicos, a Paraíba vai comemorar no próximo dia 25.º o 5.º aniversário do govêrno de Argemiro de Figueirêdo. **Jornal A União, João Pessoa (PB), n. 17, 23 jan. 1940, p. 1**. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), Hemeroteca.

COSTA, Italo Joffily Pereira da. **As Estradas de Rodagem na Paraíba**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1934. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), Obras Raras.

ESCOLA de Engenharia da UFPB. [196-]. **1 fotografia**. In: PEREIRA, F. T. de B. Difusão da arquitetura moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974). 2008. Dissertação (Mestrado). Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, USP, São Carlos, 2008.

EXPOSIÇÃO de trabalhos didáticos na Escola Rural Modelo “José Américo”. **Arquivo do Jornal A União**, Acervo Digital, João Pessoa (Paraíba), Ano LXV, n. 191, 27 ago. 1957. Disponível em: <https://auniaio.pb.gov.br/servicos>. Acesso em: 11 maio 2023.

FUNCIONARÁ a Escola de Aprendizado Rural. **Jornal A União, João Pessoa (Paraíba), 26 fev. 1956**. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), Hemeroteca.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Vol. XVII. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. Biblioteca do IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_17.pdf. Acesso em: 12 maio 2023.

IBGE. João Pessoa, Paraíba. **Rio de Janeiro: IBGE, 1970**. Biblioteca do IBGE. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n469_joapessa_2ed.pdf. Acesso em: 14 maio 2023.

INSTALADO um núcleo de colonos japoneses na “Fazenda São Rafael”. **Jornal A União, João Pessoa (PB), 30 set. 1938, pp. 1 e 7**. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), Hemeroteca.

JOÃO PESSOA (PB). Cartório Eunápio Torres, 6º Ofício de Notas. Escritura de Doação. Registro em: 11 fev. 1959. Estado da Paraíba doa terreno à Universidade da Paraíba. In: FERREIRA, L. De F. G.; FERNANDES, David. UFPB 50 Anos. João Pessoa: Editora Universitária, 2006. Biblioteca Setorial do CCEN/UFPB.

MEDEIROS, Coriolano de. **“Fitogeografia do Brasil”**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano (RIHGP), v. 10, [193-?]/1946, p. 133-137. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Disponível em: <http://www.ihgp.net/revistas.htm>. Acesso em: 26 maio 2023.

MEDEIROS, Coriolano de. **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba**. 2 ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, [1944]/1950. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), 03 - dicionários, número 01.

MENSAGEM à Assembléia Legislativa enviada, em 1.º de Junho de 1952, pelo Governador José Américo de Almeida. João Pessoa: Divisão de Imprensa Oficial do Estado da Paraíba, 1952. The Internet Archive – Brasiliana Collection, Memória Estatística do Brasil. Disponível em: <https://archive.org/>. Acesso em: 10 maio 2023.

MENSAGEM apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 3ª sessão ordinaria da 8ª legislatura, a 1º de setembro de 1922, pelo Dr. Solon Barbosa de Lucena, Presidente do Estado. 1 set. 1922. [S. l.]: [s. n.], 1922. Center for Research Libraries (CRL), Brazilian Government Documents. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/>. Acesso: 13 maio 2023.

MENSAGEM apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 4ª sessão ordinaria da 8ª legislatura, a 1º de setembro de 1923, pelo Dr. Solon Barbosa de Lucena, Presidente do Estado. 1 set. 1923. [S. l.]: [s. n.], 1923. Center for Research Libraries (CRL), Brazilian Government Documents. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/>. Acesso: 14 maio 2023.

MENSAGEM apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 1ª sessão ordinaria da 9ª legislatura a 1 de março de 1924 pelo Dr. Solon Barbosa de Lucena Presidente do Estado. 1 mar. 1924. Center for Research Libraries (CRL), Brazilian Government Documents. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/>. Acesso: 27 mar. 2023.

MENSAGEM apresentada a Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba em 1 de Junho de 1955 pelo Governador José Américo de Almeida. 1 jun. 1955. João Pessoa: Divisão de Imprensa Oficial do Estado da Paraíba, 1955. **The Internet**

Archive – Brasiliana Collection, Memória Estatística do Brasil. Disponível em: <https://archive.org/>. Acesso em: 10 maio 2023.

MENSAGEM apresentada á Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba em 1.º de junho de 1948 pelo governador Oswaldo Trigueiro. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1948. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), Obras Raras.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba em 1.º de junho de 1949 pelo governador Oswaldo Trigueiro. 1 jun. 1949. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1949. The Internet Archive – Brasiliana Collection, Memória Estatística do Brasil. Disponível em: <https://archive.org/>. Acesso: 14 mar. 2023.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba em 1.º de junho de 1950 pelo governador Oswaldo Trigueiro. 1 jun. 1950. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1950. The Internet Archive – Brasiliana Collection, Memória Estatística do Brasil. Disponível em: <https://archive.org/>. Acesso: 10 maio 2023.

MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba em 1º de junho de 1953 pelo Governador José Américo de Almeida. João Pessoa: Divisão de Imprensa Oficial do Estado da Paraíba, 1953. Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba.

MENSAGEM apresentada á Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba pelo Governador Oswaldo Trigueiro. 1 jul. 1947. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1947. The Internet Archive – Brasiliana Collection, Memória Estatística do Brasil. Disponível em: <https://archive.org/>. Acesso em: 14 maio 2023.

MENSAGEM apresentada pelo Presidente do Estado da Parahyba [João Suassuna] à Assembleia Legislativa, na abertura de sua 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura. 1 out. 1926. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1926. Center for Research Libraries (CRL), Brazilian Government Documents. Disponível em: <http://ddsnnext.crl.edu>. Acesso: 27 abr. 2023.

MENSAGEM apresentada pelo Presidente do Estado da Parahyba [João Suassuna] á Assembleia Legislativa, na abertura de sua 4ª sessão ordinária da 9ª legislatura. 1 out. 1927. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1927. Center for Research Libraries (CRL), Brazilian Government Documents. Disponível em: [http://ddsnnext.crl.edu/](http://ddsnnext.crl.edu). Acesso em: 12 maio 2023.

MENSAGEM apresentada pelo Presidente do Estado da Parahyba [João Suassuna] á Assembléa Legislativa, na sua 1ª reunião ordinária da 10ª legislatura. 20 out. 1928. Parahyba do Norte: Imprensa Official, 1928. Center for Research Libraries (CRL), Brazilian Government Documents. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/>. Acesso: 13 maio 2023.

O SR. SECRETÁRIO da Agricultura visita demoradamente alguns serviços da Diretoria de Fomento, no Litoral. A União Agrícola, Suplemento Semanal do Jornal A União, João Pessoa (PB), 22 maio 1938, p. 1. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), Hemeroteca.

PARAÍBA. Lei nº 1.871, de 17 de novembro de 1958. Autoriza o chefe do Poder Executivo a fazer doação de terreno destinado a construção da Cidade Universitária. João Pessoa: Diário Oficial, 1958. Arquivo da Assembleia Legislativa da Paraíba, Acervo Virtual. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/leis-estaduais>. Acesso em: 29 abr. 2023.

PARAÍBA. Lei nº 3.525, de 12 de março de 1968. Autoriza doação de terreno e dá outras providências. Autorizado a doar à Universidade Federal da Paraíba, para a construção do Hospital Universitário. João Pessoa: Diário Oficial, 1968. Arquivo da Assembleia Legislativa da Paraíba, Acervo Virtual. Disponível em: <http://www.al.pb.leg.br/leis-estaduais>. Acesso em: 29 abr. 2023.

PARAÍBA. Organização de Fomento Agrícola. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1940. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), Obras Raras.

PLANTA da cidade de João Pessoa. [S. l.: s. n.], [ca. 1940]. 1 estampa. Fac-similar. Escala 1 x 15.000. In: MENEZES, J. L. M. Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa. Recife: Pool, 1985.

S. RAFAEL – local mais indicado para a cidade universitária. Jornal O Norte, João Pessoa, Edição 2215, 27 nov. 1956, p. 1. Fundação Biblioteca Nacional - Brasil, Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br>. Acesso em: 09 mar. 2023.

UM TRIMESTRE de Administração (Mensagem do Exmo. Sr. Governador José Américo de Almeida, enviada, em 1.º de Junho de 1951 á Assembléa Legislativa). 1 jun. 1951. João Pessoa: Divisão de Imprensa Oficial do Estado da Paraíba, 1951. The Internet Archive – Brasiliana Collection, Memória Estatística do Brasil. Disponível em: <https://archive.org/>. Acesso em: 17 maio 2023.

ZENAIDE, Heretiano. **Enobrecimento do rebanho leiteiro na Paraíba.** Jornal O Norte, João Pessoa (Paraíba), Anno XLII, n. 1.074, 28 maio 1953. Fundação Biblioteca Nacional - Brasil, Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 18 maio 2023.